

ACTA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE
CASTELO DE PAIVA, REALIZADA
NO DIA VINTE E DOIS DE
DEZEMBRO DE DOIS MIL E DEZ. ***

____ Aos vinte e dois dias do mês de Dezembro do ano de dois mil e dez, pelas vinte horas e trinta minutos, no Salão Nobre do Edifício dos Paços do Concelho, reuniu ordinariamente a Assembleia Municipal de Castelo de Paiva, sob a presidência de José Manuel Lopes de Almeida, Presidente da Assembleia, secretariada por João Fernando Barbosa Dias e Ilda Maria Cardoso Valente, respectivamente primeiro e segundo Secretários da Assembleia e pela funcionária da Câmara Municipal Cristina Maria Almeida Silveira Matos. ***

____ **ORDEM DE TRABALHOS:** ***
____ **PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA.** ***
____ 1. APRECIAÇÃO E VOTAÇÃO DAS ACTAS DAS SESSÕES ORDINÁRIAS DE 28.04.2010, 30.06.2010, 30.09.2010 E EXTRAORDINÁRIA DE 28.10.2010.***
____ 2. - ASSUNTOS GERAIS DE INTERESSE PARA O MUNICÍPIO. ***

____ **PERÍODO DA ORDEM DO DIA** ***
____ 1- APRECIAÇÃO DE UMA INFORMAÇÃO ESCRITA DO PRESIDENTE DA CÂMARA, ACERCA DA ACTIVIDADE DO MUNICÍPIO, BEM COMO DA SITUAÇÃO FINANCEIRA DO MESMO;***
____ 2 – PLANO DE ACTIVIDADES E ORÇAMENTO PARA O ANO DE 2011. GRANDES OPÇÕES DO PLANO E ORÇAMENTO PARA 2011. - GRANDES OPÇÕES DO PLANO PARA 2011; - AUTORIZAÇÕES GENÉRICAS; - MAPA DE PESSOAL;***
____ ORÇAMENTO PARA 2011;***
____ 3 – REESTRUTURAÇÃO DOS SERVIÇOS MUNICIPAIS.***
____ 4 – PLANO DE PORMENOR DE BOURE – SARDOURA.***
____ 5 – FUNCIONAMENTO DO CENTRO DE SAÚDE DE CASTELO DE PAIVA.***
____ 6 – INCENTIVOS À FIXAÇÃO DE FUNCIONÁRIOS.

OCUPAÇÃO DE HABITAÇÃO DA AUTARQUIA.****

____ 7 – REGULAMENTO ARQUIVÍSTICO DO MUNICÍPIO DE CASTELO DE PAIVA.***

____ PERÍODO DESTINADO À INTERVENÇÃO DO PÚBLICO.

____ Presentes os membros: Abel Duarte Barbosa; Alfredo Trindade da Rocha; António Costa e Cunha; António Filipe Moura Fernandes; Artur José Freitas de Sousa; Carlos Alberto Carmo Teixeira; Gina Maria Moreira, Giselda Martins Sousa Neves; João Pedro Nogueira Costa Campos; Joaquim Luís Vieira Martins; Jorge Humberto Castro Rocha Quintas; José António Santos Vilela; José Vieira Gonçalves; José Vieira Pinto; Luís Filipe Cardoso Valente; Manuel António Rocha Pereira; Manuel Duarte Mendes; Martinho Moreira Bernardes, Maria de Fátima Reis Laranja Strecht Ribeiro; Maria da Graça Soares de Sousa; Cátia Cristina Rodrigues Gomes, João Vitorino Martins Almeida Moreira e Manuel da Silva Moreira. ***

____ Presentes da Câmara Municipal, o Presidente da Câmara, Dr. Gonçalo Rocha, Vice-Presidente Senhor António Rodrigues, e Vereadores Senhor José Manuel Carvalho, e Vanessa Rodrigues. ***

____ Faltaram por motivo Justificado os membros, Daniel António Correia Mendes Rocha, e António Gouveia Coelho. ***

____ A Assembleia Municipal deliberou por unanimidade, autorizar a referida justificação. Nos termos do n.º 4 do artigo 76.º da Lei n.º 169/99, de 18/09, foi verificada a identidade e legitimidade dos substitutos João Vitorino Martins Almeida Moreira e Arlindo Manuel Silva Alves, respectivamente. ***

____ Pediu a suspensão de mandato o membro Maria de Lurdes de Bessa Sousa por motivos de doença pelo período de 18 dias. ***

____ A Assembleia Municipal deliberou por unanimidade, autorizar a referida suspensão. Nos termos do n.º 4 do artigo 76.º da Lei n.º 169/99, de 18/09, foi verificada a identidade e legitimidade do substituto António da Silva Pinto; ***

____ Pediu a renúncia de mandato o Membro Sérgio Fernando Pinto Ribeiro Gouveia, por motivo ético-profissional. ***

____ A Assembleia Municipal deliberou por unanimidade, autorizar a

referida renúncia. Nos termos do n.º 4 do artigo 76.º da Lei n.º 169/99, de 18/09, foi verificada a identidade e legitimidade do substituto Abel Duarte Barbosa; ***

PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA. ***
____ 1. APRECIAÇÃO E VOTAÇÃO DAS ACTAS DAS SESSÕES ORDINÁRIAS DE 28.04.2010, 30.06.2010, 30.09.2010 E EXTRAORDINÁRIA DE 28.10.2010.***

____ Presente a acta da sessão ordinária de 28.04.2010, de que foi previamente distribuído exemplar a todos os membros da Assembleia Municipal. ***

____ A Assembleia Municipal deliberou por maioria com uma abstenção do PSD e vinte e oito votos a favor dos restantes membros, aprovar a referida acta.***

____ Presente a acta da sessão ordinária de 30.06.2010. de que foi previamente distribuído exemplar a todos os membros da Assembleia Municipal. ***

____ A Assembleia Municipal deliberou por maioria com uma abstenção do PSD e vinte e oito votos a favor dos restantes membros, aprovar a referida acta.

____ Presente a acta da sessão ordinária de 30.09.2010, de que foi previamente distribuído exemplar a todos os membros da Assembleia Municipal. ***

____ A Assembleia Municipal deliberou por maioria com duas abstenções uma do PS e outra do PSD e vinte e sete votos a favor dos restantes membros, aprovar a referida acta.

____ Presente a acta da sessão extraordinária de 28.10.2010. de que foi previamente distribuído exemplar a todos os membros da Assembleia Municipal. ***

____ A Assembleia Municipal deliberou por maioria, com seis abstenções, cinco do PSD e uma do PS, e vinte e três votos a favor dos restantes membros, aprovar a referida acta.

____ O Senhor Presidente da Mesa propôs que o ponto 2 da Ordem do dia passasse para o ponto 1, para que se pudesse aprová-lo nesta sessão. E que os restantes pontos seriam discutidos ou nesta sessão ou numa outra posterior em Janeiro do próximo ano. ***

____ A Assembleia Municipal aceitou por unanimidade a alteração proposta.***

____ 2. – ASSUNTOS GERAIS DE INTERESSE PARA O MUNICÍPIO. ***

____ Usou da palavra o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Real que se referiu à entrega de documentos fora de prazo, concretamente os que diziam respeito à Actividade da Câmara Municipal que tinham sido entregues no início da sessão, e que por tal facto não se sentia preparado para apreciar e discutir aquele ponto. Referiu-se também à questão do membro Senhor Alfredo Gonçalves que esteve presente na Assembleia Municipal de 30 de Junho de 2010, e solicitou que o informassem se ele já era funcionário da Câmara Municipal naquela data, e se a resposta for afirmativa se haveria alguma incompatibilidade com a sua presença na Assembleia Municipal. Referiu-se ainda a algumas demolições de edifícios que estavam em risco na Freguesia de Real, e que com a colaboração da Câmara Municipal e Junta de Freguesia iniciaram-se os trabalhos, concretamente na antiga Pré-Primária de Nojões, assim como na antiga Escola de Chão da Carraçosa, e que estava previsto a demolição da Escola de Vale da Mota. Referiu-se ainda à questão da iniciativa da recolha de lixo em Real, que correu muito bem e que brevemente gostaria de repetir esta iniciativa, pois a freguesia era muito extensa, e como tal propícia ao depósito de lixo. Referiu-se à colaboração existente entre a Câmara e a Junta de Freguesia na construção das bases dos contentores do lixo e ecopontos, e aproveitou para chamar a atenção para o que se passou no lugar de Gilde, em que retiraram cinco contentores e colocaram um molok, e que havia pessoas que agora estavam distantes, cerca de um quilómetro daquele ponto. Tinham vindo à Câmara reclamar e receberam uma carta em casa para se dirigirem à Junta de Freguesia para serem esclarecidas, quando este assunto era da inteira responsabilidade da Câmara Municipal. Referiu-se também à visita do Executivo Municipal à Freguesia de Real, e esperava que tivessem ficado sensibilizados, e que brevemente surgissem algumas obras. Por último referiu-se aos alimentos que foram desviados e que solicitava à Mesa que interviesse junto do Executivo para que o Senhor Presidente respondesse por escrito quem teria sido o responsável. Qual a

quantidade de alimentos, e se estes já tinham sido restituídos à rede social. ***

— Usou da palavra o Membro Jorge Quintas para se referir à reunião que teve da Comissão de Acompanhamento do Saneamento e que tinha sido o único elemento presente. Que naquela reunião tinha estado presente o Engº. Silva Carvalho que abordou o Plano de Saneamento. Que tinha um mapa que depois facultaria aos restantes elementos da Comissão. Foi decidido que iam ser construídas três ETAR'S, uma convencional e duas compactas, ou seja nem toda a população iria ser servida pela rede de saneamento. Por último referiu-se que discordava da hora desta reunião porque a agenda de trabalhos era muito extensa e que os assuntos seriam discutidos à pressa, e que não deveria ter sido marcada para se iniciar às oito e meia e terminar à meia noite. ***

— Usou da palavra o Presidente da Junta de Freguesia de Santa Maria de Sardoura que referiu que estava de acordo com o que tinha dito o Presidente da Junta de Freguesia de Real, relativamente aos documentos da informação da actividade da Câmara Municipal que só a tinha recebido no início da reunião, mas questionou sobre a construção de um muro na Fontela de Sá, porque não conseguia perceber de que se tratava. Congratulou-se com a primeira visita do Senhor Presidente da Câmara à Freguesia de Santa Maria de Sardoura, que apesar de tardia, gostaria que em 2011 algumas daquelas obras que foram vistas fossem realizadas. Questionou sobre a decisão que tomaram sobre a parcela de terreno na Cruz da Carreira, se estavam com a intenção de vender ou se a Junta de Freguesia poderia ocupar aquele terreno. Questionou ainda qual o ponto da situação junto à Rotunda, se foi levantado algum processo, qual o parecer da fiscalização, e se tomaram alguma decisão sobre este assunto. Referiu-se à questão dos dezassete fontanários e questionou se a Câmara Municipal estava a pensar abandoná-los ou recuperá-los e se tinham alguma ajuda para este fim. Quanto às caixas do correio, gostaria de saber se a Câmara Municipal iria intervir para que as mesmas fossem retiradas, pois algumas até tiravam a visibilidade ao trânsito. Referiu que a sinalização da EN 222-1 encontrava-se muito degradada e que era uma via com muito trânsito, não tinha passadeiras e faltavam raills e sinalização. Perguntou se era possível fazer-se alguma intervenção

naquela via entre a Cruz da Carreira e Greire. ***

____ Usou da palavra o Membro Dr. João Campos para questionar sobre a situação da firma CIMONTUBO quanto à transferência para Castelo de Paiva. Questionou também sobre os custos da iluminação de Natal referente a este ano. E por último deu os parabéns ao Presidente da Junta de Freguesia de Pedorido pela colocação das placas de toponímia naquela freguesia. ***

____ Usou da palavra o Dr. Rocha Pereira que se referiu à reunião do saneamento básico, e que justificava a sua ausência por motivos profissionais, mas que o Senhor Jorge Quintas lhe tina fornecido a documentação e que pôde ver que tinha uma ideia errada sobre este assunto, e como o considerava de extrema importância deveria ser debatido oportunamente numa sessão da Assembleia Municipal. Referiu-se à questão da APPACDM – Associação Portuguesa de pais e Amigos do Cidadão Deficiente Mental de Castelo de Paiva, e como Presidente da Direcção desta Associação deu a conhecer que a candidatura ao POPH tinha sido aprovada com financiamento, que estava a falar de um projecto que rondava o valor de um milhão e trezentos mil euros com o coeficiente máximo de que era possível. Que se iriam avançar com este importante equipamento e que se tratava de um lar para vinte utentes e um local para trinta utentes, e que estava previsto a criação de dezanove postos de trabalho. Referiu-se também em relação ao Centro Social do Couto Mineiro do Pejão do qual também pertencia aos órgãos sociais, e que também a candidatura apresentada com financiamento, tinha sido aprovada e que iria permitir condições e espaço para vinte e dois novos utentes e passariam a ter condições para albergar trinta e oito idosos. Estava a falar do projecto no valor de um milhão e oitocentos mil euros de investimento. Por tais factos agradeceu ao Executivo o empenhamento que tinha sido prestado a estas candidaturas, pois sem a participação e ajuda não teria sido possível concretizar estes investimentos. ***

____ Verificou-se a presença do Membro Dr. José António Costa Moreira Rocha. ***

____ Usou da palavra o Presidente da Junta de Freguesia de Fornos para referir que não tinha chegado atrasado à reunião de Acompanhamento de

Saneamento, porque tinha sido convocado dez minutos antes do início daquela, e solicitou que da próxima vez fosse convocado a tempo de chegar a horas às reuniões. ***

____ Usou da palavra o Membro Professor José António Rocha que se congratulou com a novidade do Dr. Rocha Pereira e achava de muito importante para o Concelho. Que o Sector Social tinha um grande potencial de crescimento, convertido em pólos de desenvolvimento local em zonas isoladas e desertificadas e iria criar postos de trabalho. Referiu-se a duas questões que tinha a ver com a educação e com o ordenamento da rede escolar do primeiro ciclo e do pré-escolar. Quanto à Carta Educativa referiu que estava completamente desactualizada quer ao nível do baixo ou do alto concelho, e se não houvesse um debate sobre uma estratégia para a educação nos próximos cinco a dez anos poderíamos ser engolidos pelas decisões do Governo. Temia que o primeiro ciclo e o pré-escolar no alto Concelho fossem concentrados na zona da EB2/3 de Sobrado. Entendia que as Freguesias de Sardoura e S. Martinho tinham as condições para terem um pólo escolar e podiam concentrar os alunos do primeiro ciclo e do pré-escolar. Referiu que os Presidentes das Juntas de Freguesia tinham de conversar, para reunirem um conjunto de condições, de salas, de laboratórios, de uma biblioteca, um bom espaço desportivo para se desenvolverem um conjunto de actividades quer de enriquecimento curricular quer de natureza lectiva, e seria mais um pólo de desenvolvimento local. Quanto ao Agrupamento do Couto Mineiro do Pejão achava que continuava a ter um grande potencial de crescimento, mas tinha de se promover um pouco a diferenciação, mas para que pudesse sobreviver e ser activo precisaria de, por exemplo, fazer formação de adultos, ou formações certificadas. Era uma aposta que podia ser feita na escola, pelos docentes, criando postos de trabalho. Referiu que uma vez que o hotel Douro 41 iria abrir, deveria fazer-se um pólo de hotelaria e restauração agregado àquele Agrupamento e que poderia ser uma forma de potenciar o crescimento, se houvesse coragem de propor ao Ministério da Educação a criação de uma boa cozinha, uma pastelaria, e uma série de salas para esta área tecnológica. ***

____ Usou da palavra o Presidente da Mesa que se congratulou com a

notícia dada pelo Dr. Rocha Pereira e que o Executivo Municipal e os dirigentes daquelas Associações estavam de parabéns. Referiu-se ao que foi dito pelo membro Senhor Jorge Quintas relativamente ao Comissão de Saneamento disse que tinha justificado por escrito ao Senhor Presidente o motivo da sua ausência à reunião. Referiu-se ao bom trabalho que os Agrupamentos Escolares tinham feito no Concelho, pois entraram nas várias faculdades seis dezenas de alunos com notas superiores a quinze valores, dois com dezanove valores que entraram em medicina em Coimbra e Porto, e outros em Veterinária, Arquitectura, Engenharias e Biotecnologia, e que eram um motivo de orgulho para o Concelho de Castelo de Paiva. Que os jovens, os pais, os encarregados de educação, o corpo docente, funcionários e direcções de agrupamentos estavam de parabéns. Questionou o Senhor Presidente da Câmara sobre o acesso da EN 222 e do IC35 no nosso concelho. Aproveitou a oportunidade para dar a conhecer o conteúdo do ofício recebido da Embaixada do Chile sobre o resgate dos mineiros chilenos, que se transcreve na íntegra. *“Em nome do Governo do Chile, dos mineiros e das suas famílias, assim como em meu nome, tenho o prazer de dirigir-me a V. Exa. para agradecer a sua atenção com o destino dos 33 trabalhadores chilenos na Mina de San José. Tal como milhares de pessoas em todo o mundo, V. Exa. partilhou da preocupação pelo destino desses mineiros desconhecidos, soterrados a quase 700 metros de profundidade, dos quais durante 17 dias não se soube se estavam vivos ou mortos. Posteriormente foram resgatados sãos e salvos, depois de 69 dias nas entradas da Terra. As operações de resgate foram dirigidas pelo Governo do Chile e contaram com a colaboração dos melhores profissionais. Junto com a coragem, dos mineiros, assim como com a ajuda de países amigos, foi possível levar a bom termo esta acção de humanidade, que nos deu muitas lições, entre elas “que nada é mais importante que a vida dos trabalhadores”. Com os meus melhores cumprimentos e obrigado pela vossa compreensão, Fernando Ayala.”* Deu conhecimento também do conteúdo do ofício recebido da Câmara Municipal que indicava os elementos que compunham a Comissão Municipal de Trânsito: Senhor Vice Presidente António Rodrigues, Vereador Dr.

Paulo Teixeira, Dr. Adão Santos e Eng^a. Adelma Jesus.***

____ Usou da palavra o Presidente da Câmara para responder às questões que lhe foram colocadas e começou por elogiar a notícia divulgada pelo membro Dr. Rocha Pereira pela aprovação das duas candidaturas, que considerava fundamentais e que irão permitir respostas sérias para o Concelho. Referiu-se aos indicadores referidos pelo Senhor Presidente da Assembleia sobre os alunos dos Agrupamentos que entraram nas faculdades, concretamente na área de medicina, e que quer os professores quer os pais e os próprios alunos tinham mérito e valor e que nos deixavam a todos com orgulho. Quanto às acessibilidades e em relação à ligação da Variante à EN 222 à A42 e depois à A41, era uma meta importante porque não tínhamos uma entrada nem saída dignas no Concelho de Castelo de Paiva. Referiu que estava preocupado com esta situação e que já tinha demonstrado isso mesmo junto de todas as instâncias governamentais e se não houver avanços teria de se agir de outra forma. Relativamente à questão da comunicação da Actividade da Câmara Municipal pediu desculpa pelo atraso na entrega da mesma. Quanto à questão da reunião da Comissão de Saneamento foram de facto justificadas as ausências e quanto às Juntas de Freguesia pediu desculpas também porque tinha havido uma confusão com as Juntas de Freguesia de Fornos e Pedorido. Referiu que estava satisfeito porque tinha estado presente na assinatura do contrato de concessão e que esperava que rapidamente avançassem no terreno a construção das ETAR's em Fornos, em Sardoura e Pedorido. Relativamente às questões colocadas pelo Presidente da Junta de Freguesia de Real e sobre a presença do Senhor Alfredo na Assembleia Municipal no dia 30 de Junho, não existia qualquer tipo de incompatibilidade, mas como uma questão de princípio foi solicitado pelo mesmo a suspensão de mandato. Quanto às demolições dos edifícios estavam a fazê-lo porque além de estarem devolutos estavam degradados. Quanto à iniciativa da limpeza do lixo, considerava serem acções muito importantes e queria repetir no futuro. Quanto ao investimento dos contentores do lixo e às substituições por molok's, já tinham colocado três destes equipamentos em Real, e era uma aposta positiva. Quanto ao ofício que foi enviado, tinha sido uma

questão de comunicação, mas que depois poderia esclarecer em definitivo. Quanto aos alimentos já devia ter sido ultrapassado, pois já tinha assumido as responsabilidades e se houvesse falhas regularizar-se-ia a situação. Quanto às questões do Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Sardoura e relativamente ao muro no Alto da Fontela tinha a ver com um muro em Vale de Cides que impedia a passagem a veículos pesados, mas era um assunto que já tinha sido resolvido. Quanto ao terreno que pertence ao Município na Cruz da Carreira, estavam a resolver, pois o terreno estava completamente abandonado. Quanto à vedação do terreno na Cruz da Carreira, os serviços de fiscalização averiguaram a situação e no relatório referiram que a vedação estava no sítio correcto, mas iriam averiguar em definitivo se estaria correcto ou não. Quanto aos fontanários, referiu que eram uma competência das Juntas de Freguesia, mas estavam prontos a colaborar, mas sabiam que alguns já não eram usados, que não seria possível o arranjo de todos, mas aqueles que eram utilizados poderiam fazer-se algumas intervenções. Quanto às caixas de correio concordava que algumas eram uns autênticos monos, outras a cair e a maior parte delas não tinham utilização, e por tal motivo já tinha comunicado aos Correios estas situações. Quanto à sinalização da EN 222-1, referiu que de facto apresentava alguns problemas de sinalização e pavimentação, mas como existia uma caução desta obra, poderia ser accionada para se resolver aquela questão. Quanto à intervenção do membro Dr. João Campos sobre a Empresa CIMONTUBO, referiu que tinha tido conhecimento que a mesma se iria instalar na Zona Industrial de Lavagueiras e que teria 200 postos de trabalho, mas que apesar de alguns destes trabalhadores virem da zona da Feira, iria enriquecer aquela zona. Quanto à iluminação de Natal, tinham feito uma redução significativa da despesa, mas estava bonita e simples, e que a decoração das rotundas tinha sido uma iniciativa importante, e deu-se um incentivo à economia local. Quanto à toponímia de Pedorido saudou e congratulou-se com esta medida que era importante para a gestão do território. Quanto à intervenção do Membro Prof. José António Rocha sobre a Educação, referiu que era um tema que o estava a preocupar bastante e concordava que a carta educativa em vigor estava

desactualizada face às necessidades que o Concelho tinha. Havia necessidade de fazer-se uma reflexão, nomeadamente a questão do Agrupamento no Couto Mineiro do Pejão e o desenvolvimento potencial na área do turismo. O bom trabalho que já desenvolveram naquele agrupamento era um trabalho notável. Referiu que brevemente iria ter uma reunião com o Director Regional de Educação, e teria de saber quais os investimentos que poderia e deveria fazer para os alunos. Achava que era tão importante este assunto que sugeriu que poderia ser debatido no Conselho Municipal de Educação. ***

_____ Usou da palavra o Membro Dr. João Campos para informar que quanto à questão da Empresa CERNE que estava em processo de insolvência, esta semana em Assembleia de Credores foi votada unanimemente a sua recuperação. ***

PERÍODO DA ORDEM DO DIA ***

_____ 1 – GRANDES OPÇÕES DO PLANO E ORÇAMENTO PARA 2011.***

- _____ - GRANDES OPÇÕES DO PLANO PARA 2011;***
- _____ - AUTORIZAÇÕES GENÉRICAS;***
- _____ - MAPA DE PESSOAL;***

_____ Usou da palavra o Senhor Presidente da Câmara para fazer uma breve introdução sobre o Plano e Orçamento que apresentava. Salientou a redução do valor total do orçamento, e referiu que quando aqui chegaram tinham um valor superior a trinta milhões de euros em termos de orçamento, quando todos sabiam que tínhamos uma receita de oito milhões e meio de euros. Que tinham feito um esforço anual de reduzir o mais possível o valor total do orçamento, e se continuassem assim iriam reduzir os valores totais. Que no ano passado tiveram uma redução de 25%, e que este ano conseguiram uma redução de 15% , e desde que chegaram cá, já tinham reduzido 40% no total. Que tinham feito um esforço de redução nas despesas correntes em 5%, atendendo às despesas fixas com o pessoal e à aquisição de bens e serviços, e às amortizações e juros. Tinham reduzido também as despesas de capital em 23% relativamente ao ano anterior. Tinham reflectido sobre a dívida, que estavam a falar de 12,7% da despesa total orçamentada o que era bastante considerável, e a agravar a tudo isto tinham um corte entre 2010

e 2011 nas transferências do Estado para a Autarquia, o que significa uma redução de 10%. Que em termos de investimento de capital a maior parte ia para os projectos que estavam no âmbito da contratualização que se prendiam com a requalificação urbana e com a obra da EM 504 que em termos financeiros ainda não estava fechada. Tinham ainda a área de localização empresarial, que pretendiam submeter no âmbito do Programa Operacional do Norte. Continuavam a manter uma aposta na administração directa e no apetrechamento de maquinaria para o armazém, e pretendiam adquirir uma caldeira para o asfalto. Referiu que queriam ter aumentado o valor dos Protocolos com as Juntas de Freguesia, mas uma vez que não seria possível, manteriam os mesmos valores. Mantiveram o valor dos subsídios às associações do concelho, assim como a taxa do IMI, para não sobrecarregarem as famílias. Resumiu que estava a falar de um orçamento no valor de vinte e um milhões e oitocentos mil euros, quando todos sabiam que a receita era de oito milhões e quinhentos mil euros, e que havia um diferencial significativo. Tinham de reduzir e poupar o mais possível, porque não tinham condições de suportar as despesas correntes. ***

_____ Usou da palavra o Presidente da Junta de Freguesia de Real que referiu que o Executivo estava há mais de um ano na Câmara e ainda não tinham sido pagas as senhas de presença aos membros da Assembleia Municipal. Questionou o Senhor Presidente sobre a diferença existente entre a despesa e a receita, que não percebeu como era possível que tivessem apresentado um orçamento que tinha uma despesa de vinte e um milhões de euros, mas apenas tivesse oito milhões de receitas, e solicitou esclarecimentos sobre o assunto. Questionou também sobre o apoio que foi pedido pela Junta de Freguesia para a prova de BTT, gostaria de saber se estava previsto, pois não conseguiu identificá-lo no Orçamento. Solicitou esclarecimento sobre as várias rubricas no orçamento em que em “outros” e “diversos” tinham quantias muito elevadas, e gostava que fosse especificado de onde previam que viessem estas verbas. Quanto ao Plano de Actividades questionou sobre a verba de mil euros para transporte de doentes no acesso ao hospital, e como a verba é irrigária, gostaria que fosse esclarecido. Relativamente às transferências para as Juntas de Freguesia gostava que fizessem uma

correcção, que tinha a ver com a transferência para a conservação e manutenção de edifícios escolares, assim como a comparticipação destinada ao aquecimento que só previam três salas, mas a Freguesia de Real tinha quatro salas. Quanto às Grandes Opções do Plano, nas transferências de capital para as Juntas de Freguesia chamou a atenção para uma verba antiga que constava há nove anos, referente ao arranjo do Largo de Nojões, que tinha sido paga pela Junta mas que nunca a tinham recebido da Câmara Municipal. Quanto ao subsídio para a limpeza e conservação de vias municipais, mais uma vez alertou para a injustiça que continuava a existir pois a freguesia de Real tinha trinta e três quilómetros quadrados e recebia os mesmos sete mil e quinhentos euros que outras freguesias que só tinham três quilómetros quadrados. Referiu que não concordava com esta fórmula de atribuição e que enquanto persistirem nesta injustiça não se calaria.***

____ Usou da palavra o Dr. Rocha Pereira que questionou se na perspectiva do empréstimo ser aprovado se iria haver influência nestes documentos, e que se assim fosse achava que daqui a algum tempo estariam de novo a discutir alterações ou revisões a este documento e como tal não iria tecer comentários. Deixou uma sugestão sobre orçamento participativo, e como a Câmara Municipal tinha muitos funcionários achava que seria boa ideia dar-lhes formação e informação sobre este instrumento, para que depois pudessem informar em que é que consistia aquele orçamento, aos Senhores Presidentes de Junta e às populações, quanto às prioridades das obras sobretudo as realizadas por administração directa. ***

____ Usou da palavra o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Bairros para questionar sobre o Orçamento da despesa no que respeitava à rubrica de deslocações que tinha cem euros e gostava de saber o que é que o Executivo vai fazer com esta importância. Na aquisição de serviços estava contemplado também com cem euros, e gostava de saber o que vão adquirir, e em “outros serviços” duzentos e quarenta e três mil e quinhentos euros, e assim sucessivamente nas outras rubricas. Referiu que gostaria que estivesse melhor especificado e solicitou esclarecimentos sobre isto. ***

____ Usou da palavra o Membro Dr. João Campos para referir que

concordava com o Dr. Rocha Pereira quando disse que este Orçamento estava condicionado pela aprovação do Saneamento Financeiro, e a propósito gostaria de saber se já tinham algumas notícias. Questionou a diferença entre a receita e a despesa de oito milhões para os vinte e um milhões e gostava que fosse identificada a realidade económica, e se demonstrava o esforço que a Câmara Municipal estava a fazer, e se iria haver o compromisso nos próximos anos de continuar a convergência entre a realidade económica e este documento. Questionou ainda sobre os investimentos que a Câmara Municipal previa e pretendia fazer apesar dos inúmeros constrangimentos e reduções. Referiu que gostava de saber se na elaboração deste documento houve alguma concertação entre a Câmara Municipal e as Juntas de Freguesia para que o Plano de Actividade e Orçamento contemplasse aquilo que são as ideias das Freguesias. E por último referiu-se aos critérios de atribuição de verbas às Juntas de Freguesia que deveriam ser repensados por uma questão de justiça. ***

_____ Usou da palavra o Presidente da Junta de Freguesia de Fornos que solicitou uma rectificação ao orçamento no que respeitava às transferências de verbas para as escolas, porque em relação à freguesia de Fornos e na rubrica de conservação e manutenção de edifícios escolares constavam quatro salas do EB e duas salas do Pré-Primário e para aquecimento constavam quatro salas do EB e apenas uma sala do pré-primário. ***

_____ Usou da palavra o Membro Sr. João Dias que questionou sobre o transporte de doentes para os hospitais centrais onde constava a importância de mil euros. Referiu que gostava de saber se a Câmara Municipal saberia quanto custava uma deslocação ao Porto, a Penafiel, a Aveiro, ou a S. João da Madeira. Questionou ainda se haveria algum orçamento para efectuarem o transporte naquele valor. ***

_____ Usou da palavra o Senhor Presidente da Câmara para responder às questões colocadas. Relativamente à questão colocada pelo Sr. João Dias sobre a rubrica de transporte de doentes, tinha sido criada porque era um objectivo do programa eleitoral, apesar de ser uma verba irrisória, e se fosse para avançar com esta iniciativa iria ser alterada. Quanto à questão das escolas e das salas das freguesias de Real e Fornos, iriam ser

rectificadas. Quanto à resposta do Tribunal de Contas, referiu que ainda não tinha nenhuma comunicação oficial. Relativamente à questão do investimento, apostavam no que estava contratualizado no âmbito da Comunidade Intermunicipal do Tâmega e Sousa, que era a requalificação dos arruamentos urbanos, e iria avançar no inicio do ano com a duração de cento e vinte dias, o arruamento da Rua António Sérgio em Sobrado, com o valor aproximado de duzentos mil euros. Que em termos de administração directa tinham um esforço e um investimento forte mas teriam que apetrechar o armazém com alguma maquinaria, para minimizar os custos com este tipo de intervenções. Revelou que tinham outras candidaturas que estavam a formalizar no âmbito do PRODER, e outras da Rota do Românico e que seriam investimentos para todo o Concelho. Relativamente à questão do Dr. João Campos referiu que tinham havido reuniões com as Juntas de Freguesia e que trocaram impressões das prioridades para cada uma dessas freguesias. Quanto às rubricas com valores irrisórios, referiu que eram verbas obrigatórias e que tinham de constar no orçamento em virtude do procedimento contabilístico. Quanto aos valores da receita e despesa o desvio que existia estava a diminuir, que antes tinham orçamento de trinta e três milhões de despesa e tinham nove milhões de receita. Mas que se quisessem respostas técnicas concretas poderiam fazê-lo por escrito, e os serviços em detalhe poderiam responder correctamente. Relativamente à questão de venda de bens e serviços, uma das soluções que poderiam recorrer para obter receitas, era vender património que a Câmara Municipal não tivesse interesse em manter na sua posse. Quanto à questão colocada pelo Dr. Rocha Pereira sobre o orçamento participativo era uma ideia interessante que se poderia fazer no futuro. Quanto ao Plano de Saneamento Financeiro não estava reflectido porque não estava aprovado pelo Tribunal de Contas, e só poderiam fazer o ajustamento depois de estar aprovado. Relativamente às questões colocadas pelo Presidente da Junta de Freguesia de Real sobre a prova de BTT não era uma iniciativa da Câmara Municipal e como tal não constava do orçamento. Quanto à questão das transferências para as Juntas de Freguesia não discordava do que tinha sido dito pelo Dr. João Campos relativamente à discriminação das

Freguesias que tinham maior área, era uma questão de se encontrar o mecanismo que tivesse objectividade e que não se traduzisse numa questão de injustiça. ***

____ Usou da palavra o Presidente da Junta de Freguesia de Real para referir que quanto à prova de BTT como o Senhor Presidente da Câmara afirmou, que a Câmara Municipal não era a organizadora, mas possivelmente iria apoiar a Junta de Freguesia. Questionou então quanto às outras organizações de eventos como era o caso da corrida da Ilha dos Amores, o Triatlo da Raiva, e a corrida das vindimas, se era a Câmara Municipal a organizar ou eram as associações, só em termos comparativos e de esclarecimento. Quanto às questões técnicas do orçamento que tinha colocado, não se sentia nem esclarecido nem convencido com as respostas que deram, e que na maioria das rubricas mais de cinquenta por cento do valor da rubrica estava em “outros”, e que isto eram valores ocultos e que davam uma margem de manobra para o Município. Referiu que gostava de ser esclarecido sobre a questão das receitas e onde é que conseguiam mais de um milhão de contos em “outros”, pediu que justificassem, ou então achava que eram valores inventados. ***

____ Usou da palavra o Senhor Presidente da Câmara para responder que quanto às questões técnicas que foram abordadas, as rubricas estavam baseadas no programa, e os serviços técnicos faziam o trabalho com base em tudo o que estava contabilizado, e que era um documento que se fazia com previsões. Quanto aos valores da receita e da despesa reconhecia que não correspondia à verdade mas tinha a ver com o compromisso assumido por parte da Câmara Municipal e que não poderia deixar de assumir as responsabilidades. ***

____ Usou da palavra o Senhor Presidente da Mesa para se referir à questão que o Dr. Rocha Pereira tinha colocado sobre a aprovação do Planeamento Financeiro e o empréstimo e qual seria o impacto sobre o Orçamento e Plano. ***

____ Usou da palavra o Vereador Sr. José Manuel Carvalho para responder que haveria sempre necessidade de revisão sobre o Orçamento e o Plano, porque havia grandes rubricas que teriam alterações, nomeadamente dos passivos financeiros e os dos juros e encargos, e se o

Planeamento Financeiro fosse aprovado teriam de fazer ajustamentos. Quanto à questão dos eventos referiu, que estavam reflectidos no plano e eram aqueles que estavam previstos nos Jogos Desportivos. Que havia um deles que era organizado pela Câmara Municipal e duas associações que era a corrida das vindimas, os outros tinham organização participada da Câmara Municipal no âmbito dos Jogos Desportivos. O evento do BTT da freguesia de Real, era organizado pela Junta de Freguesia e tinha cabimento orçamental nas transferências para as Juntas de Freguesia.***

____ Colocado à votação a Assembleia Municipal deliberou por maioria, com catorze abstenções, treze do PSD e uma do CDS, e dezasseis votos a favor, doze do PS e quatro do PSD, aprovar as Grandes Opções do Plano para 2011, Autorizações Genéricas e Mapa de Pessoal. ***

____ - ORÇAMENTO PARA 2011;***

____ Colocado à votação a Assembleia Municipal deliberou por maioria com catorze abstenções, treze do PSD e uma do CDS, e dezasseis votos a favor, doze do PS e quatro do PSD, aprovar o orçamento para 2011.***

____ Usou da palavra o Membro Senhor Manuel Mendes para apresentar uma declaração de voto dos Membros do PSD que se abstiveram: “*Após as dúvidas levantadas pelo Grupo do PSD, e as explicações dadas pelo Senhor Presidente da Câmara não esclareceu tais dúvidas, o Grupo do PSD que se absteve não vai impedir a Câmara Municipal de dar o seu melhor por Castelo de Paiva. Com a nossa abstenção na votação no Planeamento Financeiro da dívida da Câmara, aprovamos tal Plano. Somos coerentes e como tal o nosso voto será o da abstenção.*” ***

____ Usou da palavra o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Fornos para apresentar uma declaração de voto: “*Embora este Plano não seja concreto e real, e apesar das visitas que foram efectuadas e as reuniões que o executivo da Junta de Freguesia teve com a Câmara Municipal, e visto que está neste Plano as intenções das obras para a Freguesia que nós entendemos prioritárias, espero que este voto favorável não fique só em intenções e que realmente no ano de 2011 passe para o terreno. Que continuem as parcerias entre a Junta de Freguesia e a Câmara Municipal e aceitem mais diálogo, mais apoio das Juntas para o bem das populações.*” ***

____ Usou da palavra o Presidente da Junta de Freguesia de Bairros que apresentou a seguinte declaração de voto: “ *Votei a favor deste orçamento porque o executivo da Junta de Freguesia de Bairros esteve reunido com executivo da Câmara Municipal, abordámos alguns assuntos de interesse para a Freguesia. Fomos em conjunto visitar alguns locais que necessitam de obras. Vou confiar no resultado dessa reunião e da visita. Vou confiar nas palavras do Senhor Presidente da Câmara e do restante executivo, tudo isto com a intenção do melhor para a minha freguesia.* ”***

____ Usou da palavra o Membro Dr. João Campos em nome do Grupo do Partido Socialista para dizer que a partir daquilo que puderam analisar do documento encontraram uma característica que sempre reclamaram que era o rigor. Consideravam que era um orçamento elaborado com mais rigor, mais próximo do que queriam e para o qual sempre se tinham debatido, que era a busca da convergência da realidade económica e das projecções financeiras. Neste sentido o nosso total voto de confiança e de louvor por este documento que começa a espelhar a realidade económica do nosso concelho. ***

____ Usou da palavra o Presidente da Junta de Freguesia de Sobrado para referir que o seu voto a favor era porque estava consignado no Orçamento e Plano obras que tinham sido pedidas pela Junta de Freguesia de Sobrado algumas das quais já estavam a ser executadas. Esperava que continuassem como até aqui. ***

____ Usou da palavra o representante da Junta de Freguesia de Paraíso para referir que votava favoravelmente porque esperavam que as obras e os compromissos acordados com o Presidente da Câmara Municipal para a Freguesia de Paraíso fossem realizadas. ***

2 – REESTRUTURAÇÃO DOS SERVIÇOS MUNICIPAIS.

____ Usou da palavra o Vereador José Manuel Carvalho que fez uma breve introdução sobre a proposta apresentada e que se transcreve na íntegra: “ *ORGANIZAÇÃO DOS SERVIÇOS MUNICIPAIS PROPOSTA - (artigo 6º, do Decreto-Lei nº 305/2009, de 23 de Outubro). – O Decreto-Lei nº. 305/2009, de 23 de Outubro, estabelece um novo enquadramento jurídico da organização dos serviços das Autarquias Locais. De acordo com o diploma atrás mencionado a organização, a*

estrutura e o funcionamento dos serviços da administração autárquica devem orientar-se pelos princípios da unidade e eficácia da acção, da aproximação dos serviços aos cidadãos, da desburocratização, da racionalização de meios e da eficiência na afectação de recursos públicos, da melhoria quantitativa e qualitativa do serviço prestado e da garantia de participação dos cidadãos, bem como pelos demais princípios constitucionais aplicáveis à actividade administrativa e acolhidos no Código do Procedimento Administrativo. O Município de Castelo de Paiva tem como uma das suas prioridades estratégicas a modernização da administração municipal, consubstanciada na qualificação e maior eficácia dos serviços prestados aos cidadãos. O objectivo desta organização dos serviços consiste na promoção de uma administração mais eficiente e modernizada, que contribua para a melhoria das condições de exercício da missão e das atribuições do Município, e funda-se na diminuição das estruturas e níveis decisórios, evitando a dispersão de funções ou competências por pequenas unidades orgânicas, e no recurso a modelos flexíveis de funcionamento, em função dos objectivos, do pessoal e das tecnologias disponíveis, na simplificação, racionalização e reengenharia de procedimentos administrativos, conferindo eficiência, eficácia, qualidade e agilidade ao desempenho das suas funções e, numa lógica de racionalização dos serviços e de estabelecimento de metodologias de trabalho transversal, a agregação e partilha de serviços que satisfaçam necessidades comuns a várias unidades orgânicas. O artigo 19.º do Decreto-Lei n.º 305/2000 estabelece que os Municípios devem proceder à revisão das suas estruturas organizacionais, em conformidade com este diploma, até 31 de Dezembro de 2010. Determina o diploma em referência, no seu artigo 6º, que compete à Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal, a aprovação do modelo de estrutura orgânica, definindo o número máximo de unidades orgânicas flexíveis, de subunidades orgânicas e de equipas de projecto. Nestes termos, propõe-se à Assembleia Municipal que aprove o seguinte:

1º. Modelo da estrutura orgânica - A organização interna dos serviços municipais obedece ao modelo de estrutura hierarquizada, constituída por unidades orgânicas nucleares e flexíveis.

2º.

Unidades orgânicas nucleares. - A estrutura nuclear dos serviços municipais, correspondendo sempre a uma departamentalização fixa, é composta pela seguinte unidade orgânica, com as atribuições e competências que se referem:

3º. Atribuições e competências do Departamento Técnico

1 - O Departamento Técnico tem como missão promover o desenvolvimento das actividades de planeamento e gestão urbanística, bem como promover a construção, conservação e reabilitação das edificações e infra-estruturas municipais, as políticas municipais de segurança, circulação e segurança rodoviária, dinamizar as medidas de protecção do ambiente e coordenar os processos de construção e manutenção dos edifícios e equipamentos municipais.

2 - Compete ao Departamento Técnico, no domínio do Planeamento:

- a) Coordenar a revisão e actualização do Plano Director Municipal;
- b) Elaborar os planos municipais de ordenamento do território, de grau inferior ao Plano Director Municipal, nomeadamente os planos de urbanização e de pormenor;
- c) Identificar e programar as acções necessárias ao estabelecimento de um modelo correcto e equilibrado de desenvolvimento urbanístico do território municipal;
- d) Assegurar a concepção e implementação do sistema de informação geográfica e manter actualizada a cartografia digital do concelho;
- e) Monitorizar a execução dos planos municipais de ordenamento do território e dos outros instrumentos de gestão urbanística;
- f) Elaboração e monitorização de projectos de edifícios, equipamentos e loteamentos de promoção municipal;
- g) Promover a identificação do património imóvel do município em associação com o sistema de SIG e o respectivo registo cadastral.

3 - Compete ao Técnico, no domínio da Urbanismo e Habitação:

- a) Praticar os actos e funções que permitam aos órgãos municipais exercer os seus poderes no âmbito das operações de loteamento e licenciamento de obras particulares, bem como definir critérios de gestão do património imobiliário do Município no âmbito da política urbanística e de gestão do solo;
- b) Coordenar os procedimentos administrativos relacionados com a reabilitação urbana, nomeadamente preparação de candidaturas para financiamento a obras particulares e para conservação do património Municipal;
- c) Colaborar na elaboração dos

diferentes instrumentos de planeamento, programação, regulamentação, orçamentação de gestão da actividade da Câmara Municipal; d) Analisar e dar parecer sobre estudos, planos e projectos na área de urbanismo de âmbito particular e Municipal; e) Propor a elaboração e assegurar a gestão dos planos de ordenamento municipais; f) Analisar e dar pareceres sobre pedidos de, urbanização e edificação; 4 - Compete ao Departamento Técnico, no domínio das Obras Municipais: a) Assegurar o levantamento cadastral do concelho; b) Realizar tarefas de concepção e execução de projectos de índole municipal, sendo o seu âmbito a construção, reconstrução, ampliação, remodelação ou reabilitação de espaços; c) Executar tarefas relativas à construção, conservação e reabilitação de infra-estruturas públicas, espaços exteriores, equipamento social e edifícios pertencentes ou a cargo da Autarquia; d) Promover todos os procedimentos de contratação pública destinados ao lançamento de empreitadas e à sua adjudicação; e) Assegurar a elaboração dos projectos de infra-estruturas de promoção municipal, bem como os projectos de especialidades; f) Garantir a execução de obras de interesse municipal; nos domínios das infra-estruturas, do espaço público, e dos equipamentos colectivos, através dos meios técnicos e logísticos do Município ou em cooperação com outras entidades públicas e privadas, bem como garantir a fiscalização de obras; g) Assegurar a coordenação e fiscalização das actividades dos operadores públicos ou privados que intervenham ou ocupem o espaço público, com vista à gestão criteriosa do subsolo, de forma a minimizar o impacto negativo das referidas actividades; h) Promover todos os procedimentos conducentes à prevenção e segurança nas obras municipais. 5 Compete ao Departamento Técnico, no domínio do Ambiente e Serviços Urbanos: a) Promover as acções necessárias com vista à defesa e melhoria do meio ambiente e da floresta; b) Assegurar a gestão dos sistemas municipais de abastecimento de água, de saneamento de águas residuais e de resíduos sólidos; c) Assegurar a promoção e a valorização dos espaços verdes; d) Assegurar a gestão do parque de viaturas e máquinas do Município; e) Promover a manutenção de instalações e equipamentos eléctricos e electromecânicos municipais e desenvolver as actividades relativas à

iluminação pública assim como assegurar a gestão dos Armazéns Municipais. f) Contribuir para o controlo da poluição hídrica, dos solos, sonora e atmosférica; g) Conceber, promover e apoiar medidas de educação e sensibilização ambiental. **4.º Unidades orgânicas flexíveis.** 1 - A estrutura flexível dos serviços municipais é composta pelo número máximo de quatro unidades orgânicas flexíveis. 2 - As unidades orgânicas flexíveis são criadas, alteradas e extintas por deliberação da Câmara Municipal, que define as respectivas competências, visando assegurar a permanente adequação do serviço às necessidades de funcionamento e de optimização dos recursos. tendo em conta a programação e o controlo criteriosos dos custos e resultados. **5º. Cargos de direcção intermédia de 3º. e 4º. Grau.** 1 - Os cargos de direcção intermédia de 3.º e 4.º grau, que poderão ser aplicados em todas as unidades orgânicas, correspondem a funções de coordenação e controlo de serviços ou unidades funcionais, com níveis de autonomia, responsabilidade e dimensão apropriada. 2 - Aos titulares dos cargos de direcção intermédia de 3.º e 4.º grau, designados coordenadores de núcleo, compete coadjuvar o titular do cargo dirigente de que dependam hierarquicamente; coordenar as actividades e gerir os recursos de uma unidade funcional com uma missão concretamente definida para a prossecução da qual se demonstre indispensável a existência deste nível de direcção ou liderar uma equipa constituída especificamente para executar uma actividade cuja duração não exceda três anos; assegurar a qualidade técnica do trabalho produzido na respectiva unidade e garantir o cumprimento dos prazos adequados à eficaz prestação do serviço tendo em conta a satisfação do interesse dos destinatários efectuar o acompanhamento profissional no local de trabalho, apoiando e motivando os trabalhadores e proporcionando-lhes os adequados conhecimentos e aptidões profissionais necessários ao exercício do respectivo posto de trabalho, bem como os procedimentos mais adequados ao incremento da qualidade do serviço a prestar; proceder de forma objectiva à avaliação do mérito dos trabalhadores, em função dos resultados individuais e de grupo e à forma como cada um se empenha na prossecução dos objectivos e no espírito de equipa; identificar as

necessidades de formação específica dos trabalhadores do respetivo núcleo e propor a frequência das acções de formação consideradas adequadas ao suprimento das referidas necessidades, sem prejuízo do direito à autoformação; proceder ao controlo efectivo da assiduidade, pontualidade e cumprimento do período normal de trabalho por parte dos trabalhadores da respectiva unidade funcional: praticar os actos cometido ao titular do cargo de direcção intermédia de grau imediatamente superior na falta, ausências ou impedimentos deste. 3 - *Os titulares dos cargos de direcção intermédia de 3.º e 4.º grau são recrutados de entre trabalhadores com relação jurídica de emprego público, dotados de competência técnica e aptidão para o exercício de funções de coordenação e controlo, e que reúnem no mínimo quatro anos de experiência profissional na área de actuação do cargo e formação adequadas ao exercício das funções a exercer, ainda que não possuidores de licenciatura.* 4 - *A remuneração dos cargos de direcção intermédia de 3.º e de 4.º grau correspondem, respectivamente, a 80 % e 70 % do valor da remuneração fixada para o cargo de direcção intermédia do 2.º grau, a que acrescem despesas de representação no valor correspondente a 70 % e 60% do valor das despesas de representação fixadas para o mesmo o cargo de direcção intermédia de 2.º grau.* 6º. - **Subunidades orgânicas.** - A estrutura dos serviços é composta pelo número máximo total de oito subunidades orgânicas, predominantemente com funções de natureza executiva, a criar no âmbito das unidades orgânicas. 7º. **Equipas de projecto.** - É de duas o número máximo de equipas de projecto que podem ser criadas no âmbito da estrutura hierarquizada. 8º. **Revogação** - É revogado o Regulamento Orgânico da Câmara Municipal de Castelo de Paiva, publicado no Diário da República n.º45; Apêndice 28, 2º. Série, de 23 de Fevereiro de 2000. ”***

____ Colocada à votação a Assembleia deliberou por maioria, com uma abstenção do PSD e vinte e nove votos a favor dos restantes, aprovar a proposta de Reestruturação dos Serviços Municipais.***

____ 3 – PLANO DE PORMENOR DE BOURE – SARDOURA.***

____ Usou da palavra o Vereador José Manuel Carvalho para prestar esclarecimentos sobre este Plano e referiu que era a versão final do

Plano de Pormenor de Boure – Sardoura, já tinha sido aprovado por unanimidade em reunião de Câmara Municipal e que também já tinha estado em inquérito público. Referiu que o principal objectivo do Plano passava pela implantação de empreendimentos turísticos consolidando-se com a fábrica existente e que se pretendia reimplantar requalificando uma zona bastante degrada nas com grande potencial turístico. Pretendiam ainda reestruturar toda a quota baixa da área de intervenção aproveitando a frente ribeirinha atribuindo-lhe características de espaço público. Referiu ainda que o Plano tinha sido elaborado pela firma Vistas do Freixo do Grupo SONAE e que estava previsto para aquela área, no lote um seria um apart-hotel de quatro estrelas com capacidade máxima de cento e noventa e nove camas, e ainda no lote dois seria afecto à construção de um aldeamento turístico de quatro estrelas em que serão construídas moradias geminadas em banda e isoladas com a capacidade de duzentas camas, e ainda alguns equipamento e um centro de congressos. No lote cinco será construído um hotel rural de três estrelas e nos lotes três e quatro serão edifícios de restauração, e que o critério de base do Plano foi a requalificação daquela entrada do Concelho.***

_____ Usou da palavra o Membro Jorge Quintas para referir que para a zona de intervenção do Plano estava projectada a ETAR de Sardoura e não sabia se iria ser uma convivência muito sadia.

_____ Usou da palavra o Senhor Vereador José Manuel Carvalho para esclarecer que a questão da ETAR foi acautelada não só no Plano que estava presente, mas também num projecto de desenvolvimento turístico para uma zona que não fazia parte do Plano de Pormenor, mas que era na quota inferior à estrada nacional, concretamente na Quinta do Freixo. Que aquele Plano de Pormenor e o projecto de desenvolvimento turístico foram apresentados à SIMDOURO para que tudo fosse minimamente concertado.***

_____ Colocado à votação a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade aprovar o referido Plano de Pormenor de Boure.***

_____ O Senhor Presidente da Mesa suspendeu a sessão pelas 00.10 horas, tendo sido estes pontos aprovados por unanimidade em minuta, e referiu que os trabalhos seriam retomados em data a anunciar.***

ACTA DA SEGUNDA REUNIÃO
REALIZADA NO DIA DEZOITO DE
JANEIRO DE DOIS MIL E ONZE DA
SESSÃO ORDINÁRIA DA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE
CASTELO DE PAIVA, INICIADA NO
DIA VINTE E DOIS DE DEZEMBRO
DE DOIS MIL E DEZ***

____ Aos dezoito dias do mês de Janeiro do ano de dois mil e onze, pelas vinte horas e cinquenta minutos, no Salão Nobre do Edifício dos Paços do Concelho, reuniu ordinariamente a Assembleia Municipal de Castelo de Paiva, sob a presidência de José Manuel Lopes de Almeida, Presidente da Assembleia, secretariada por João Fernando Barbosa Dias e Gina Maria Silva Moreira, nomeada pelo Presidente da Mesa, respectivamente primeiro e segundo Secretários da Assembleia e pela funcionária da Câmara Municipal Cristina Maria Almeida Silveira Matos. ***

____ CONTINUAÇÃO DOS TRABALHOS AGENDADOS: ***

____ Pediram a suspensão de mandato o membro António Pedro Maldonado Martins Carvalho, por motivos profissionais, pelo período de três dias. ***

____ A Assembleia Municipal deliberou por unanimidade, autorizar a referida suspensão. Nos termos do n.º 4 do artigo 76.º da Lei n.º 169/99, de 18/09, foi verificada a identidade e legitimidade do substituto Manuel da Silva Moreira; ***

____ Faltaram por motivo justificado os Membros Ilda Maria Cardoso Valente e Cátia Cristina Gomes Rodrigues. ***

____ Presente um requerimento à Mesa entregue pelo Grupo Municipal do PSD sobre a actividade da Câmara.

____ O Senhor Presidente da Mesa interrompeu a sessão e solicitou aos líderes dos Grupos Municipais que reunissem na sala ao lado para apreciarem o respectivo requerimento. ***

____ Retomados os trabalhos o Presidente da Mesa comunicou à Assembleia que tinha sido acordado entre os líderes dos Grupos Municipais, que este requerimento seria agendado como ponto

específico para a próxima reunião ordinária a realizar em Fevereiro.

4- APRECIAÇÃO DE UMA INFORMAÇÃO ESCRITA DO PRESIDENTE DA CÂMARA, ACERCA DA ACTIVIDADE DO MUNICÍPIO, BEM COMO DA SITUAÇÃO FINANCEIRA DO MESMO;***

____ Presente o ofício 8091 de 22-12-2010, do Presidente da Câmara, contendo a informação da actividade da Câmara Municipal, bem como uma informação da situação financeira datada de 10 de Dezembro de 2010, acompanhada da relação de dívidas a empreiteiros e fornecedores que é nessa data de 3.530.192,71 (três milhões quinhentos e trinta mil cento e noventa e dois euros e setenta e um cêntimos) e do Resumo Diário de Tesouraria, de 09/12/2010, com o total de disponibilidades cujo saldo totaliza o valor de 1.694.139,82 (um milhão seiscentos e noventa e quatro mil cento e trinta e nove euros e oitenta e dois cêntimos), sendo estes documentos depois de apreciados arquivados na pasta anexa a esta acta.

____ Usou da palavra o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Fornos para agradecer a colaboração prestada à Junta de Freguesia de Fornos no mês de Dezembro pelas obras realizadas na Freguesia, concretamente o espalhamento e compactação de tout-venant no Caminho da Ribeirinha, mas não constava na relação da Câmara a colaboração da Junta, quando era aquela que estava a fazer a obra, assim como o pagamento. Relembrou mais uma vez a transferência do funcionário para a Freguesia, que já a tinha solicitado várias vez e ainda não tinha sido concretizada.***

____ Usou da palavra a Prof. Maria da Graça para referir que valorizava a obra de alargamento na Estrada no lugar do Cruzeiro em Sardoura, e chamou a atenção para a colocação de barreiras de protecção no troço entre o Centro Social de Sardoura até ao Cruzeiro e na Zona de Vale de Fens, porque tinha havido alguns acidentes. Salientou a falta de reparação do equipamento informático nas escolas do primeiro ciclo.***

____ Usou da palavra o Presidente da Câmara para responder às questões colocadas. Relativamente à Junta de Freguesia de Fornos, senão constava na relação de obras a colaboração da Junta de Freguesia, seria apenas por lapso. Relativamente ao funcionário, era uma questão que

não estava esquecida, mas que tinha dificuldades em termos de recursos humanos, mas estavam a fazer admissões no âmbito dos contratos de inserção para evitar custos para a Câmara Municipal. Quanto às questões da Prof. Maria da Graça, disse que assim que tivessem condições financeiras iriam fazer intervenções na estrada 222-1 quanto à sinalização e segurança. Quanto ao equipamento informático iriam fazer um investimento a curto prazo e achava que iria resolver os problemas nas escolas.***

5 – FUNCIONAMENTO DO CENTRO DE SAÚDE DE CASTELO DE PAIVA.***

Usou da palavra o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Real para referir que era com alguma mágoa e tristeza que falava sobre este assunto, porque houve uma perda de serviços a partir de Setembro do ano passado, com o encerramento do SAP – Serviço de Assistência Permanente, assim como a forma como este assunto tinha sido esquecido, porque foi agendado para a Assembleia Municipal de 30 de Setembro, depois passou para 13 de Outubro, e já tinha passado cerca de meio ano e ninguém queria saber. Apresentava uma Moção à Mesa para ser discutida e votada, que se transcreve na íntegra: *“O Serviço de Atendimento Permanente funcionava em Castelo de Paiva 24h/dia. A 1 de Setembro de 2010 contra todas as promessas que os Paivenses tinham, inclusive promessas dos actuais membros do governo, que o SAP não encerraria enquanto não estivesse concluído o IC35 e a variante à EN222, no entanto encerrou. A partir dessa data, funciona no Centro de Saúde uma espécie de consulta de recurso de 2^a. a 6^a., das 09h às 24h mas nem sempre os horários são assegurados. Aos fins-de-semana funciona em SAZU das 09-21h, mas igualmente nem sempre os serviços são assegurados! Em Oliveira do Arda, os profissionais de saúde criaram uma UNIDADE DE CUIDADOS DE SAÚDE PERSONALIZADOS. Os profissionais de saúde de Oliveira do Arda organizam todas as actividades da sua UNIDADE DE CUIDADOS DE SAÚDE PERSONALIZADOS e distribuem as suas actividades em função das necessidades. Em concreto, os médicos que até agora iam realizar consulta aberta em Castelo de Paiva passaram a realizá-la em Oliveira do Arda e como tal, passou a haver consultas abertas em*

períodos da tarde e em horário mais alargado. Por outro lado os utentes da freguesia do Paraíso podem inscrever-se em Oliveira do Arda, assim as freguesias de Raiva, Pedorido e S.Pedro do Paraíso ficaram na dependência da Extensão de Saúde de Oliveira do Arda, assegurada por médicos, enfermeiros e administrativos em número suficiente. Neste momento o Centro de Saúde de Castelo de Paiva (que inclui todos os utentes do concelho) tem cerca de 18.800 inscritos. Existem no Centro de Saúde 4 médicos. Cerca de 7000 utentes não têm médico de família e são assegurados em consulta de reforço por 2 médicos de nacionalidade estrangeira, mas que juntos fazem horário inferior ao de um médico em exclusividade, e não fazem materno-infantil. Fala-se na vinda de um novo médico, de nacionalidade estrangeira, para fazer reforço. Foi por todos acompanhado o caso do Dr. Avelino e o resultado foi nulo! Recentemente tivemos conhecimento do caso de uma médica que viria para Castelo de Paiva, mas desistiu por causa das acessibilidades! Não existe estratégia de criação de incentivos para a fixação de médicos em Castelo de Paiva. A Câmara Municipal criou uma Comissão de Saúde em Setembro de 2010 que até à data não reuniu uma única vez! A questão que neste momento se coloca é: qual o futuro do Centro de Saúde de Castelo de Paiva? Assistimos a um cruzar de braços por parte do executivo em permanência, assistimos a medidas avulso e na maior parte das vezes sem execução prática, como sendo os 3.000,00€ para incentivos à fixação de médicos que ninguém sabe, nem como nem para que vão servir, e muito menos explicar o porquê desse valor já para não falar nos transportes para pessoas carenciadas...em que o valor da rubrica inscrita no Orçamento Municipal é ridícula, e mostra claramente que quando as promessas foram feitas não se fazia a mais pequena ideia de quanto custavam. Assim propomos a votação da seguinte moção: Uma vez que está criada a Comissão de Saúde, agendar a primeira reunião num prazo máximo de 15 dias; Agendar num máximo de um mês, reunião com o ACES do Vale do Sousa e com a ARS Norte; Solicitar à Câmara Municipal de Castelo de Paiva, o envio à Comissão de Saúde e à Assembleia Municipal, de uma listagem de pessoas referenciadas como sendo pessoas com

dificuldades económicas. Deve ainda a Comissão de Saúde reunir periodicamente e emitir parecer sobre todas as medidas a serem tomadas na área da saúde.”

____ O Senhor Presidente da Mesa aceitou a Moção e colocou-a à discussão. Aproveitou para esclarecer que este ponto estava agendado desde Setembro, que não havia desinteresse nem alheamento por parte do Executivo e que só estava a ser discutido agora, por força do Regimento. Que a Comissão de Saúde ainda não tinha reunido por culpa dos partidos políticos nesta Assembleia, porque tinham indicado o último membro no passado dia 7 de Janeiro, e que só naquele dia tinha ficado completa a Comissão de Saúde.***

____ Usou da palavra o Dr. João Campos que começou por referir que deveria haver um ponto comum entre os Partidos, e que a saúde era um bem inestimável, assim como os estabelecimentos de saúde, e era por isso que deveriam lutar. Relativamente à primeira questão da Moção, sobre a reunião da Comissão de Saúde, concordava plenamente. Quanto aos encontros com outras entidades, referiu que a Câmara Municipal deveria ter oportunidade de se pronunciar sobre aquele aspecto, e antes de tomarem uma posição de força deveriam ouvir a Câmara Municipal porque encetou diligências no sentido de esclarecer a questão da saúde e era importante saber-se quais as diligências e os resultados que se obtiveram, e que apoavam esta proposta.***

____ O Senhor Presidente da Mesa deu a conhecer mais uma vez, a proposta que iria ser votada: “*Ponto 1 - Uma vez que está criada a Comissão de Saúde, agendar a primeira reunião num prazo máximo de 15 dias; Ponto 2 - Agendar num prazo máximo de um mês, reunião com o ACES do Vale do Sousa e com a ARS Norte; Ponto 3 - Solicitar à Câmara Municipal de Castelo de Paiva, o envio à Comissão de Saúde e à Assembleia Municipal, de uma listagem de pessoas referenciadas como sendo pessoas com dificuldades económicas. Ponto 4 - Deve ainda a Comissão de Saúde reunir periodicamente e emitir parecer sobre todas as medidas a serem tomadas na área da saúde.*”

____ Usou da palavra o Dr. Rocha Pereira para referir que a inclusão deste ponto na ordem de trabalhos resultava de um requerimento de sete

Presidentes de Juntas de Freguesia, e entendia a intervenção do Presidente da Junta de Freguesia de Real nesse âmbito. Concordava com a intervenção do Dr. João Campos, e também gostava de ouvir a Câmara Municipal antes de se pronunciar sobre esta proposta. Concordava igualmente com o Presidente da Junta de Freguesia de Real, quando disse que tínhamos perdido tempo, quando estavam naquele momento a discutir sobre um assunto que tinha tido efeitos práticos em Setembro. Não os significava enquanto órgãos políticos, e o sentido da oportunidade tinha-se perdido, e que estavam todos conformados com a situação. Lamentava profundamente quanto à forma como o poder central deste País tinha tratado Castelo de Paiva. Não tinha honrado os compromissos estabelecidos com o Concelho naquela matéria, e que o Poder Central tinha desconsiderado Castelo de Paiva na questão da saúde. Lamentou também quanto à forma como o Executivo avançou para a reunião com a Senhora Ministra da Saúde deixando apeada a oposição, e que não ficou bem ao Executivo, numa matéria desta sensibilidade ter avançado sozinho dialogando com o Governo. Nestas questões não havia partidos, e a união fazia a força, mas mesmo que tivesse ido a oposição, infelizmente tinham vindo de mãos a abanar. Mas ficava registado a falta de diálogo. Que a Comissão de Saúde deveria desenvolver esforços para nos traçar um quadro do Estado de Saúde no Concelho. Questionou que era importante saber: Quando é que os 7247 utentes sem médico de família iriam passar a ter médico atribuído? Qual era o tempo médio de espera por consulta? Qual era a capacidade de resposta para situações agudas? Que equipamentos de diagnóstico existiam no Centro de Saúde e quais os que estavam a ser utilizados em prol dos utentes? Referiu algumas questões concretas que lhe tinham sido transmitidas: Questionou se era verdade que existia um aparelho de raios x em bom estado de conservação e uso, e que não estava a ser utilizado, porque o técnico tinha decidido ir-se embora? Se era verdade que existia um aparelho de hemograma, que não estava a ser utilizado porque se tinha avariado, e estava à espera de reparação? Se era verdade que estava a ocorrer um esvaziamento do pessoal de enfermagem? Se era verdade que certo tipo de doentes que padecem de doenças crónicas deslocavam-se ao Centro de Saúde para solicitarem a passagem de

receitas médicas, passavam mais tarde para as levantar sem serem consultados pelos respectivos médicos por manifesta falta de tempo? Se era verdade que cada vez se tornava mais difícil contratar médicos para trabalharem em Castelo de Paiva? Se era verdade que o nosso Centro de Saúde se limitava a prestar serviços de consulta de clínica geral? Se era verdade que o serviço de emergência médica se limitava a prestar o serviço de consulta de clínica geral? Que tipo de serviço de emergência médica devidamente apetrechado e disponível tinham os paivenses 24 horas à sua disposição? E em termos de análises clínicas? E de exames? E de capacidade da resposta em termos de Farmácia? O que importava era fazer um trabalho que não se limitasse ao Centro de Saúde, que tentasse abordar a temática da saúde no contexto do Concelho em termos futuros, e que até as próprias parcerias poderiam ser criadas em prol dos utentes. Que a Comissão de Saúde deveria avançar e não se opunha à integração de pessoas qualificadas sem serem autarcas. Deixava à consideração da Mesa da Assembleia Municipal e à Câmara Municipal para criarem uma comissão de pessoas capazes e qualificadas que pudessem elaborar um relatório bem fundamentado que pudesse chegar a quem de direito.***

____ Usou da palavra o Senhor Presidente da Mesa para esclarecer que não era por acaso que o ponto que estava em discussão não era o funcionamento do SAP mas sim o funcionamento do Centro de Saúde, por ser muito mais abrangente na perspectiva que o Dr. Rocha Pereira tinha acabado de fazer.***

____ Usou da palavra o Sr. João Dias para referir que subscrevia na íntegra todas as intervenções que tinham sido feitas até ao momento. Que o Senhor Dr. Rocha Pereira tinha focado pontos fulcrais para a saúde em Castelo de Paiva. E respondeu que o Centro de Saúde teve um aparelho de raios x a funcionar, análises clínicas, uma maternidade a funcionar com tudo e com todos, e que apesar de ter ouvido o responsável do Centro de saúde na rádio, dizer que o Centro de Saúde funcionava a 100%, que tinha dado uma gargalhada. Porque então noutros tempos era a 500% e ainda diziam que faltava muita coisa, e que hoje infelizmente faltava tudo. Quanto ao encerramento do Centro de Saúde a partir de Setembro, todos tinham recebido em casa um

documento destinado aos utentes que dava a conhecer que o Centro de Saúde tinha um novo horário: “*Cessa actividade entre as 00.00h e as 8.00h da manhã,*” e “*O Centro de saúde está aberto das 8 às 24h, nos fins de semana e feriados das 9h às 21h.*” ainda dizia que “*Lembre-se que quando sente necessidade de cuidados de saúde deve sempre ligar à linha de saúde 24 noite e dia que o ajuda a encontrar a resposta mais adequada, se considerar muito urgente contacte o 112.*” e ainda, “*O Centro de Saúde assegura-lhe para além das consultas no seu médico de família o atendimento em todas as situações agudas ou mais preocupantes. O Centro de Saúde tem uma equipa pronta para cuidar de todos os utentes com profissionalismo e dedicação, assegurando-lhe consultas, tratamentos, vacinação, serviços domiciliários e aconselhamento sempre que precisar.*” e terminava “*Com o novo horário podemos estar disponíveis para si todos os dias.*” Referiu que se isto fosse verdade já era muito bom para quem tinha perdido tudo. Mas que, infelizmente não, pois às segundas-feiras estava encerrado, e a consulta aberta muitas vezes estava fechada, e que por isso era mentira o que tinham anunciado. Referiu ainda que quando surgia uma urgência os bombeiros eram mal recebidos quando chegavam ao Centro de Saúde com um doente, mesmo com o médico ao serviço. Numa reunião onde esteve presente, foi-lhe dito por um responsável que estava tudo bem pois não havia reclamações. Referiu ainda que segundo a última legislação sobre o transporte de doentes refere que um doente que tenha um ordenado mínimo nacional tem de pagar o transporte e a consulta, e mesmo quando eram casos urgentes, muitas vezes não eram preenchidos verbetes para que, não fossem pagos pelo Serviço Nacional de Saúde.***

_____ Usou da palavra o membro Dr. João Campos que referiu que estava solidário com a questão dos bombeiros, mas que era uma questão acessória, apesar de achar que era importante, mas o que especificamente estava no ponto era o funcionamento do Centro de Saúde. Questionou que na intervenção anterior, tinham referido que às segundas-feiras não trabalhavam. Gostava que esclarecessem esta questão e qual a razão para estarem fechados.***

_____ Usou da palavra o Senhor Presidente da Mesa para referir que

achava que a Comissão de Saúde deveria debruçar-se sobre dois aspectos fundamentais. Um deles era a acessibilidade dos cuidados de saúde, senão houvesse nem se poderia falar em qualidade, quando existiam 45% da população que não tinham médico de família era óbvio que os cuidados de saúde não estavam acessíveis. O outro aspecto era referente aos hospitais. Quando o Centro de Saúde esgotava a sua capacidade de resposta a uma situação de doença, tinha de se referenciar para os hospitais do Vale do Sousa ou Santa Maria da Feira, e ao referenciar o transporte era de extrema importância que se colocasse a questão de quem pagaria o transporte, uma vez que as pessoas do concelho eram necessitadas, e que isto fazia parte da prestação dos cuidados de saúde.***

____ Usou da palavra a Senhora Vereadora Dr^a. Judite Quintas para esclarecer que Castelo de Paiva tinha um Centro de Saúde e que os médicos de Clínica Geral eram os primeiros a estar em contacto com a população e que a função deles era os cuidados de saúde primários e tudo o que ultrapassar isto tinha de passar para os especialistas. Relativamente aos doentes que eram transferidos do Centro de Saúde da consulta aberta, e se tivessem uma situação instável, seria o médico do Centro de Saúde que passava a credencial para outro hospital. Quanto aos aparelhos de raios X e hemograma que existiam no Centro de Saúde só tinham validade estes exames se fossem feitos por técnicos referenciados, tinham de ser lidos por um médico referenciado, e que qualquer hemograma tinha que ser validado por um médico analista. Como tal era impensável ter em todos os centros de saúde um médico radiologista. Que a filosofia do Centro de Saúde não era isto, mas sim fazer uma primeira triagem e dar o respectivo seguimento. Quanto às situações de emergência tinham uma boa resposta. Actualmente tínhamos dez médicos, o horário tinha sido reduzido e não tinha havido prejuízo nenhum para a população porque as situações de emergência eram de imediato atendidas. Referiu que havia médicos estrangeiros no Centro de Saúde e que eram muito bons profissionais. Que teve recentemente contactos com os colegas do Centro de Saúde e que estes informaram que o SAP estava a funcionar em pleno.***

____ Usou da palavra o Senhor Presidente da Câmara que referiu que

quando entrou para a Câmara Municipal um dos primeiros assuntos com que se deparou, foi o encerramento do SAP e foi dando conhecimento do desenrolar dos acontecimentos e dos compromissos. Referiu que os compromissos que foram verbalmente assumidos não foram cumpridos, e que era garantido pelo Governo que os SAP's deste País iriam acabar. Que tinha feito tudo o que estava ao seu alcance para que não fosse encerrado o SAP 24 horas no Centro de Saúde, e que não aceitava a acusação em como tinha estado de braços cruzados, porque este assunto tinha sido uma prioridade, e tinha trabalhado no terreno. Referiu ainda que como o SAP nunca mais iria ser aberto, teriam de concentrar os objectivos naquilo que era concretizável. Que era reforçar o quadro médico no Centro de Saúde de Castelo de Paiva, e que isto era o que deveria nortear o âmbito de actuação da Comissão de Saúde, que iria reunir no próximo dia 10 de Fevereiro às 15 horas, e que o objectivo da Comissão deveria ser trabalhar em questões concretas e viáveis. Referiu também, que tinha um documento com data de 2007 assinado, pela Câmara Municipal, Assembleia Municipal e Presidentes de Juntas de Freguesia, com excepção do Presidente da Junta de Freguesia de Raiva, que era agora o Vice-Presidente, que dizia o seguinte: “*Comunicado: na sequência da proposta apresentada telefonicamente no dia de hoje pelo Presidente do Conselho da Administração Regional de Saúde do Centro, Prof. Fernando Regateiro, e das reuniões efectuadas com o Coordenador da Sub-Região de Saúde de Aveiro, e com a Secretaria de Estado da Saúde, reuniram no salão Nobre dos Paços do Concelho, os representantes da Câmara Municipal, Assembleia Municipal e os nove Presidentes de Juntas de Freguesias do Concelho, tendo deliberado o seguinte: alínea a) Não concordar com a proposta de encerramento do Serviço de Atendimento Permanente enquanto não estiver em utilização a variante à E.N. 222 que se prevê para Julho ou Agosto de 2007.*” Referiu que era o troço entre a Cruz da Carreira e Pedorido, e continuou: “*alínea b) A partir desta data aceitamos o encerramento do SAP nas seguintes condições: alínea b1) Funcionamento do Centro de Saúde nos dias úteis, sábados, domingos e feriados das 8.00h às 20.00h ou 22.00h, com atendimento dos médicos de família e serviços de atendimento de agudos. alínea b2) Instalação até à data referida em a) de uma VMER*

(viatura médica de emergência e reanimação) no Hospital em Penafiel e Santa Maria da Feira. alínea c) Qualquer doente do nosso Concelho em situações de emergência será transportado para os Hospitais Padre Américo ou S. Sebastião. Esta nossa proposta não é mais do que o acordado com V.Ex^a. na nossa reunião de Fevereiro último.” Referiu que este documento tinha sido subscrito pela Câmara Municipal, Assembleia Municipal e Juntas de Freguesia e que assumiram que aquele troço entre a Cruz da Carreira e Pedorido estivesse concluído, o SAP já poderia encerrar a partir das 20.00h, e que o que tínhamos hoje era superior ao que tinha sido subscrito. Não admitia, que pusessem em causa o esforço e o trabalho que o Executivo teve em relação àquela matéria porque tinha sido sempre uma prioridade, e já tinha havido uma conquista com o alargamento do horário do funcionamento da Unidade de Saúde em Oliveira do Arda em que funcionava todos os dias úteis até às 18.00h, e às terças e quintas-feiras está aberto até às 20.00h. Que tinham sido trazidas questões importantes, em relação aos transportes de doentes, e tinham de ser esclarecidas porque que razão funcionavam assim, e que tínhamos que questionar as entidades responsáveis.

____ Da bancada do PSD o Membro Senhor Manuel Mendes interveio para dizer que a utilização da Variante à EN 222, no documento que tinha sido lido, se referia até Santa Maria da Feira, e não até Pedorido.***

____ Usou da palavra o Presidente da Mesa que se referiu à intervenção da Vereadora Dr^a. Judite Quintas, e que no geral discordava em alguns pontos, mas que o importante era o funcionamento do Centro de Saúde, e quando havia mais ou menos sete mil e quinhentos utentes sem médico, era um problema grave. Referiu-se à intervenção do Dr. Rocha Pereira que tinha dito, que o Senhor Presidente da Câmara avançou sozinho naquela questão, e não tinha chamado as outras forças políticas. Que tinha feito mal, e achava que era uma fraqueza do Município. Que quando o Município avançasse deveria fazê-lo com todas as forças da oposição, que assim tinha mais legitimidade porque estariam todos de acordo e do mesmo lado. Quanto aos meios técnicos, concretamente o aparelho de raios X existente no Centro de Saúde era para fazer raios X aos ossos, articulações e pulmonares simples, e que quando exercia

funções no Centro de Saúde, aquele aparelho dava uma grande ajuda e esclarecimento quando tinha dúvidas. Quanto ao que se passava com os doentes crónicos e de medicação prolongada, para conseguirem uma receita era muito difícil por falta de médicos, e era necessário que em conjunto se resolvesse este problema. Que tínhamos obrigação de melhorar estas questões porque a situação actual não estava bem.***

____ Usou da palavra o Membro Dr. João Campos para se referir, relativamente ao documento que foi lido pelo Senhor Presidente da Câmara, quando havia um prazo até Junho ou Julho de 2007, era impensável que se tratasse da variante à E.N. 222 até Santa Maria da Feira, por uma razão muito simples, é que não havia projecto e englobava mais duas Câmaras Municipais. Quanto à Moção apresentada, estava de acordo, mas que a mesma deveria ser reformulada pelo surgimento daquele documento, pelo facto de estar feito o troço que era solicitado na altura, e que esvaziava completamente o objectivo da Moção. Referiu ainda quanto à questão de enumerar as pessoas que tinham dificuldades económicas e eram carenciadas, era difícil encontrar critérios para definir quem necessitava realmente de ajuda, e uma vez que não seria exequível deveriam adoptar outro texto.***

____ Usou da palavra o Presidente da Junta de Freguesia de Real que referiu que quanto à proposta do Dr. João Campos e relativamente à questão e enumerar as pessoas com dificuldades económicas e carenciadas poderia ser retirado aquela alínea. E se a Assembleia Municipal assim o entendesse não via nenhum inconveniente. Quanto à reunião da Comissão de Saúde agendada no prazo máximo de 15 dias deveria ser mantida. Referiu que tinha gostado da intervenção da Vereadora Dr^a. Judite Quintas, mas que achava que estava desenquadrada da realidade do Concelho de Castelo de Paiva. Quanto ao Senhor Presidente da Câmara referiu que não precisava de ficar irritado, e que ainda bem que estava a remexer no passado, mas que devia olhar para o futuro e aprender com os erros do passado, que arregançasse as mangas e trabalhasse em prol do Concelho de Castelo de Paiva, e que no documento que leu estava um exemplo de união de esforços de todas as forças políticas do Concelho. Quanto à Moção que tinha apresentado estava aberto a alterações. ***

____ Usou da palavra a Vereadora Dr^a. Judite Quintas para responder que conhecia a realidade do Concelho muito bem, e até mesmo pela própria especialidade estava todos os dias a acompanhar casos de pessoas de Castelo de Paiva e que estava incondicionalmente ao lado da população de Castelo de Paiva. ***

____ Usou da palavra o Senhor Presidente para responder ao Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Real, referindo que não admitia que pusesse em causa a sua seriedade, não admitia também as afirmações que ficam nas entrelinhas e que deveria ser sério pois também tinha assinado o documento, e como tal não lhe admitia falsidades, nem poderia dizer o que queria nem o que lhe apetecia, e que tinha de ser metido na linha, e como tal deveria começar a ter cuidado com o que dizia e a forma como o fazia. Não admitia que pusesse em causa a correcção da nossa actuação num assunto desta matéria que era a saúde.***

____ Usou da palavra o Prof. José António Rocha para referir que o Senhor Presidente já os fá habituando há já algum tempo que não admitia uma série de coisas, e que era agressivo com as pessoas. Que tinha estado atento e não lhe pareceu que a intenção do Presidente da Junta de Freguesia de Real tivesse sido agressivo na sua intervenção, simplesmente tinha retorquido e tocou em alguns aspectos políticos e entendia que o Senhor Presidente da Câmara alimentava factos políticos e era mestre na divergência, e em lugar de conjugar esforços não o fazia, e tinha tido uma oportunidade de o fazer. Concordava também com a intervenção do Dr. Rocha Pereira quando se referiu, que na saúde e na solidariedade não havia direito à facção e à polémica. Que o Presidente da Câmara tinha trazido um facto político e que o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Real simplesmente tinha respondido de forma educada e civilizada. Referiu que estávamos em democracia e em pluralismo de opiniões e achava que deveria haver bom senso. Em relação à questão da saúde, referiu que nesta Comissão de Saúde deveria surgir uma verdadeira estratégia para a saúde no Concelho, como por exemplo potencializar ao máximo as parcerias dentro do Concelho, referiu-se aos bombeiros, às IPSS e a outras instituições, e se fizessem uma conjugação de esforços, concertar e definir uma estratégia, e um

plano para a saúde no Concelho, que passasse por serviços de proximidade que pudessem atenuar os problemas da acessibilidade e optimizar recursos. ***

_____ Usou da palavra o Dr. José António Rocha que referiu que sobre a Moção e face ao que tinha sido apresentado pelo Presidente da Câmara, achava que se deveria limitar que a Comissão de Saúde se reunisse o mais urgente possível. Solicitou esclarecimentos sobre as inscrições de 18.000 utentes inscritos no Centro de Saúde e que o concelho não tinha tantas pessoas. Outra dúvida que colocou foi sobre a extensão de saúde de Oliveira do Arda, como é que funcionava, se as pessoas estavam inscritas num lado e tinham consultas no outro, ou se estavam acumuladas no Centro de Saúde. ***

_____ O Senhor Presidente da Mesa usou da palavra para esclarecer que quando estava em funções no Centro de Saúde, havia muitas pessoas do Concelho de Cinfães que estavam inscritos no Centro de Saúde de Castelo de Paiva, e que até tinha havido uma circular normativa que proibiu os residentes de Cinfães de se inscreverem em Castelo de Paiva, mas achava que a Comissão de Saúde deveria averiguar esta situação. ***

_____ Usou da palavra o Senhor João Dias para esclarecer que os utentes sem médico de família no Concelho de Castelo de Paiva, eram 7076, e quanto aos utentes dos concelhos limítrofes, tinha sido feita uma filtragem e foram transferidos para o Concelho de origem. Referiu-se ao comunicado que foi lido pelo Senhor Presidente e que vinha esclarecer porque tinha assinado aquele documento, em 2007. Aquando da assinatura nunca tinha sido falado que a Variante era até Pedorido, mas sim até à Vila da Feira, que sempre tinha sido essa a ideia e também intenção. Referiu ainda que quando fez a intervenção sobre o funcionamento do Centro de Saúde tinha sido por uma razão muito simples, as facturas nos bombeiros estavam a acumular-se, e se insistiam em dizer que o Centro de Saúde estava aberto 24 horas por dia, não era ele que ia contrariar, mas quando os bombeiros lá chegavam ninguém abria as portas, não os deixavam entrar, e ainda eram mal tratados, só para não passarem a guia de transferência, e os médicos estavam lá dentro. E que a razão da sua insistência é que os doentes vão para outro

Hospital e ninguém pagava porque não havia guias de transferências.***

____ Usou da palavra o Senhor Vice-Presidente para se referir à intervenção do Senhor João Dias sobre a reunião referida no Comunicado, afirmou que não o tinha assinado pela simples razão de não concordar com o troço que estava em discussão que era entre a Cruz da Carreira e Pedorido. ***

____ Usou da palavra o Presidente da Mesa para esclarecer que Castelo de Paiva tinha 17.000 habitantes, que cada médico tinha 1.700 utentes, que havia 4 médicos de família no Concelho, isto daria 6.800 utentes com médico, se retirarmos a estes 17.000 daria cerca de 11.000, se tirarmos a estes 5.000 utentes de Oliveira do Arda ficariam os tais 7.000 sem médico de família, e que isto era a realidade. Quanto à proposta da Moção deveria ser reformulada. ***

____ Usou da palavra o Dr. Rocha Pereira para questionar se quando foi decidida na reunião de Câmara se foi logo definido quais os objectivos da Comissão, e o que agora estava a ser proposto eram recomendações, ou a Comissão de Saúde iria ser obrigada a fazer as diligências ou a aceitar as sugestões que resultassem desta Moção se fosse aprovada. Também referiu que na sua intervenção anterior tinha falado na saúde do Concelho no seu global e não tinha sido esclarecida esta questão, assim como que poderiam participar pessoas que não fossem autarcas, e que também nada tinha sido esclarecido. Que achava que quando se compunha uma Comissão além dos membros que a integravam, fundamental seria dizer quais os objectivos que deveriam ser prosseguidos pela Comissão. Gostaria de ouvir por parte do Senhor Presidente da Câmara algo de concreto se é que existia, ou então da Senhora Vereadora que teria uma ideia mais concreta, e se poderiam dar um esclarecimento sobre os objectivos da Comissão e se eram compatíveis com a proposta que estava a ser discutida, e que se houvesse dúvidas deveria ser reformulada. ***

____ O Senhor Presidente da Câmara esclareceu que o objectivo principal da Comissão era o acompanhamento da Saúde de Castelo de Paiva. No âmbito do funcionamento da Comissão deveriam ser definidos os objectivos a atingir, e que achava que todos os membros que compõem a Comissão estariam receptivos para receber contributos e

participações de pessoas alheias à Câmara e Assembleia. ***

____ Não havendo consenso sobre as propostas que iam ser submetidas à votação o Senhor Presidente da Mesa interrompeu por dois minutos a sessão.***

____ Retomados os trabalhos o Presidente da Mesa colocou à votação a seguinte proposta apresentada pelo Grupo Municipal do PSD. 1. – Que a Comissão de Saúde realize a primeira reunião no mais breve espaço de tempo possível; 2. – Que a Comissão de Saúde faça diligências necessárias para que reúna com o ACES de vale de Sousa e com a A.R.S. do Norte; 3. – Que a Comissão de Saúde reúna periodicamente e emita parecer sobre todas as medidas a serem tomadas na área de saúde. A Assembleia deliberou, por unanimidade aprovar a referida proposta.***

6 – INCENTIVOS À FIXAÇÃO DE FUNCIONÁRIOS. OCUPAÇÃO DE HABITAÇÃO DA AUTARQUIA.***

____ O Senhor Presidente da Câmara deu a conhecer a informação dos serviços que foi presente à reunião de Câmara sobre este assunto que se transcreve na íntegra: “*Ex.mo. Sr. Presidente. Em reunião ordinária da Câmara Municipal realizada em 09 de Setembro de 2009, foi deliberado determinar a entrega do imóvel (apartamento sito no Edifício L2, Rua Dr. Ribeiro Chaves, nº 123, Sobrado), que tem vindo a ser usufruído pelo Senhor Engenheiro Aires Nery Esteves. Essa deliberação foi notificada ao visado em 16 de Setembro de 2010, tendo-lhe sido concedido um prazo de 10 dias para, querendo, se pronunciar. Direito que efectivamente usou. Todavia, os argumentos utilizados não alteram, nem a situação de facto, nem de direito vertidos na deliberação, porquanto; O requerente faz a resenha do processo que esteve na base da concessão do imóvel. Ora, a forma, modo e legalidade da concessão ocorrida em 1991, não está a ser colocada em causa no âmbito do presente processo, mas tão-somente a cessação do incentivo concedido, tendo por base o facto de o imóvel não estar a ser usado de forma permanente. A este propósito é o próprio requerente que confirma que a sua utilização ocorre de forma ocasional. Ou seja, os fundamentos constantes da deliberação são confirmados, pese o facto de entender que não se trata de um contrato*

*de comodato ou arrendamento, mas sim de uma casa de função. Ora, da nossa parte entende-se que aquilo que verdadeiramente esteve na base da concessão do incentivo foi o exercício efectivo do direito, inexistindo o mesmo não se justificará a sua manutenção. Assim e brevitatis causae, sou do entendimento que a Câmara Municipal deverá proferir deliberação final no sentido de determinar a entrega do imóvel. É o que de momento nos cumpre informar.”****

____ Usou da palavra o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Real para questionar porque razão este assunto vinha à Assembleia Municipal e que deveriam ter enviado mais informação do processo para que pudesse pronunciar-se.***

____ O Presidente da Mesa esclareceu que em 1991 houve uma deliberação da Assembleia Municipal para ser atribuído gratuitamente habitação a funcionários de chefia, e que por essa razão teria de ser agora deliberado a entrega do respectivo imóvel.***

____ Usou da palavra o Membro João Dias para referir que no seu entendimento, um funcionário veio para Castelo de Paiva e a Câmara entendeu ceder-lhe uma habitação, porque aquele não a tinha. Esse funcionário comprou outra casa, deixou de habitar a casa que a Câmara lhe cedeu, nunca mais lá dormiu, mas continuava na posse da chave. Questionou, com que direito alguém abusava desta autarquia que gentilmente lhe cedeu habitação, e agora que tinha outra, continuava a brincar com a chave na mão e não a entregava. Que na sua opinião não era preciso ir a reuniões nenhuma, era lá fora, entregava a chave, e seguia para a sua casa, e senão estivesse bem que fosse embora. Que era inadmissível que houvesse pessoas sem respeito pelos outros e pelo povo do Concelho de Castelo de Paiva.***

____ Usou da palavra o Membro Dr. Rocha Pereira para referir que ainda não estava esclarecido, e questionou o Senhor Presidente da Câmara se o funcionário em causa tinha apresentado defesa e qual o seu conteúdo.***

____ O Presidente da Mesa solicitou à funcionária presente que lesse o documento constante no processo, que se transcreve na íntegra: “*Exmo Sr. Presidente da Câmara Municipal de Castelo de Paiva. Aires Nery Esteves, engenheiro civil, trabalhador do Município de Castelo de*

Paiva, técnico superior, notificado nos termos e para os efeitos do disposto no art.º 100 e seguintes do Código do Procedimento Administrativo, através do ofício nº 5762; de 16/09/10, vem acrescentar à sua última exposição o seguinte: 1º - Com o devido respeito, a questão não está em fazer uso do imóvel municipal como única residência permanente ou não. 2º - A questão está em que, como forma de atrair pessoal, o Município de Castelo de Paiva, publicamente, ofereceu aos candidatos, para além da residência que já tinham, uma morada com o objectivo de poderem desempenhar os deveres decorrentes da relação jurídica de emprego público, designadamente, os de assiduidade e pontualidade, Uma verdadeira casa de função. 3º - Como incentivo o Município de Castelo de Paiva ofereceu habitação nova com garagem, sem quaisquer restrições em termos económicos e, o que mais importa, temporais. 4º. - De outro modo os candidatos não residentes no Concelho já saberiam, à partida, que os encargos com o necessário alojamento no Concelho ou necessária deslocação ficariam, exclusivamente, a seu cargo. 5º. - Ora, o Município de Castelo de Paiva vinculou-se a tal incentivo sem condicionalismos de qualquer ordem, como atrás foi afirmado, originando, assim, de forma objectiva uma majoração do rendimento do trabalho. Facto este que, inclusivamente, levou o respondente a proporcionar as bases necessárias à tributação desse rendimento, tendo solicitado a avaliação à Repartição de Finanças, feita através de perito que por acaso também era funcionário do Município. 7º. - O que o acto sob resposta está a fazer é destruir, abruptamente, a confiança que publicamente criou nos candidatos, confirmada por décadas de concretização no caso do respondente. 8º. - Soubesse "ab initio" o respondente de semelhante desfecho e muito provavelmente não se candidatava. 9º. - O que, entre outras coisas, violará o princípio da confiança com sede no art.º 2º da Constituição da República Portuguesa. 10º. - E que me causará um prejuízo patrimonial significativo que se quantifica no montante já demonstrado de 17.919,60€. 11º. Montante indemnizatório que o respondente reclama acaso o acto sob resposta não seja revogado na íntegra.

Em suma: a) Deverá o acto sob resposta ser integralmente revogado; b) Subsidiariamente, caso o Município persista na execução do acto sob resposta, deverá o respondente ser indemnizado nos termos atrás explicitados.”

____ O Senhor Presidente da Mesa colocou à votação e a Assembleia deliberou, por maioria com seis abstenções do PSD, aprovar a tomada de posição da Câmara Municipal referente à entrega do imóvel.***

____ O Presidente da Mesa fez uma declaração de voto, referindo que votava a favor da proposta da Câmara, porque fazia fé na informação do gabinete jurídico em como já não era uma habitação permanente, e não era justo estar a utilizá-la.****

____ 7 – REGULAMENTO ARQUIVÍSTICO DO MUNICÍPIO DE CASTELO DE PAIVA.***

____ Presente o Regulamento que foi enviado um exemplar a todos os membros da Assembleia Municipal.***

____ O Senhor Vereador José Manuel Carvalho usou da palavra para referir que esta proposta de regulamento determinava o Regulamento de Arquivo do Município e o seu funcionamento.***

____ Usou da palavra o Membro Jorge Quintas para referir que por causa das horas a que as sessões da Assembleia Municipal eram marcadas este regulamento que estava agendado para o passado dia 22 não tinha sido discutido, e que este Regulamento entrava em vigor no primeiro dia útil do ano, e que pela mesma razão, o público não tinha tido direito a intervenção, porque os trabalhos eram encerrados à meia noite, e que a hora da marcação das reuniões deveriam ter em conta a agenda de trabalhos.***

____ O Senhor Presidente da Mesa esclareceu que a agenda de trabalhos era acertada e agendada com o Senhor Presidente da Câmara, e quando havia pontos urgentes era alterada a ordem de trabalhos. Que em relação à intervenção do público, sempre houve possibilidade de intervir no período que lhe era destinado. Relativamente à data de entrada em vigor do Regulamento se fosse aprovado produziria efeitos à data em vigor no mesmo, com efeitos retroactivos.***

____ Colocado à votação, a Assembleia Municipal deliberou por

unanimidade aprovar o Regulamento Arquivístico do Município de Castelo de Paiva.***

____ O Senhor Presidente da Mesa declarou encerrada o período da ordem do dia.***

____ PERÍODO DA INTERVENÇÃO DO PÚBLICO. ***

____ Não houve intervenções.***

____ O Senhor Presidente da Assembleia declarou encerrado o Período de Intervenção do Público. ***

____ Nada mais havendo a tratar, o Presidente da Assembleia declarou encerrada a sessão, pelas 23 horas e 49 minutos, dela se lavrando a presente acta que foi aprovada em minuta, por unanimidade, nos termos do artigo 92.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, para efeitos imediatos. ***

____ E eu Assistente Técnico da
Câmara Municipal de Castelo de Paiva, a redigi e subscrevi. ***

O Presidente, _____

O 1.º Secretário, _____

O 2.º Secretário, _____